

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente.....	3
Balço patrimonial	8
Demonstração dos resultados.....	10
Demonstração dos resultados abrangentes.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	15
2 Principais políticas contábeis	17
3 Caixa e equivalentes de caixa	27
4 Contas a receber	27
5 Impostos, taxas e contribuições	28
6 Partes relacionadas	29
7 Imobilizado.....	31
8 Intangível	33
9 Fornecedores.....	34
10 Obrigações com administradores e empregados.....	34
11 Empréstimos e financiamentos	35
12 Provisão para riscos processuais.....	38
13 Provisão Ambiental.....	43
14 Passivos financeiros	43
15 Outros passivos.....	44
16 Patrimônio líquido	44
17 Receitas por natureza	44
18 Custos e despesas por natureza.....	45
19 Resultado financeiro	46
20 Resultado por ação	46
21 Seguros	47
22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	47
23 Informações por segmento.....	50
24 Transação não caixa	50

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária BR 040 – S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 - S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR 040 – S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

Conclusão do prazo exploratório – contrato de concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2, às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que indicam que a Companhia (i) apresentou passivo a descoberto de R\$ 1.119.960 mil (R\$ 345.907 mil em 31 de dezembro de 2023); (ii) apresentou prejuízos acumulados de R\$ 2.294.859 mil (R\$ 1.505.806 mil em 31 de dezembro de 2023) e (iii) incorreu em prejuízo de R\$ 789.053 mil (prejuízo de R\$ 98.246 mil em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia descreve que em de 05 de agosto de 2024, a Concessionária encerrou suas operações, conforme divulgado através do fato relevante em 06 de agosto de 2024 acerca do encerramento das operações da Via040, ficando os trechos: (i) Belo Horizonte/MG a Juiz de Fora/MG sob responsabilidade da Concessionária EPR Vila Mineira; e (ii) o trecho de Belo Horizonte/MG a Brasília/DF sob responsabilidade do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). A Administração continua a preparar as demonstrações contábeis com base no pressuposto da continuidade operacional, respeitando o objeto social da Companhia que visa, exclusivamente, a gestão de ativos e passivos, direitos e obrigações relacionados à exploração da concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. O prazo de duração da Companhia será aquele necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações, incluindo a liquidação de todos ativos e passivos com a agência reguladora e recebimento do montante destinado ao restabelecimento do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2024 devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Passivo Financeiro e Processo Arbitral

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 12 e 14, às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que destaca que, em 19 de julho de 2024, a ANTT emitiu ofício SEI nº 21326/2024, no qual apresentou, de forma preliminar, o valor estimado da indenização conforme o cálculo do verificador independente, previsto na Resolução nº 5.860/2019 e suas deduções. Este valor está apresentado no balanço patrimonial de forma líquida, constituindo um passivo financeiro no montante de R\$ 235.078 mil, em decorrência da finalização das operações da Concessionária. Em 25 de setembro de 2024, a Concessionária BR-040 protocolou procedimento arbitral na Câmara do Comércio Internacional (CCI) junto à Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT (Requerida), acerca do processo de haveres e deveres, conforme mencionado em nota explicativa nº 1.2. Adicionalmente, no que diz respeito ao encerramento do contrato da Concessionária BR040 S.A., a indenização pelo advento da relicitação, é objeto de procedimento arbitral em face da ANTT, tendo por objeto o cálculo do valor devido a Concessionária pelos investimentos realizados e não amortizados, bem como a incidência do excedente tarifário e sua fórmula de cálculo, dentre outros itens relativos a reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. A referida arbitragem está em fase inicial e não houve ainda a instauração do Tribunal Arbitral. Na avaliação do jurídico da Companhia, há probabilidade de êxito em favor da Concessionária, que por consequência resultará em recebimento de valor indenizatório adicional. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa versus nº de passageiros pagantes); e
- (iv) Procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Franciane Heloise Moraes Messias

4982829F89EE425...

Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC 1SP262973/O-6

Assinado por:

Tibério Melo

8B414058AA2E402...

Tibério Melo
Contador CRC 1SP313893/O-2

Concessionária BR-040 S.A.**Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)**

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.122	46.069
Contas a receber	4	481	37.804
Estoques		3.661	4.930
Tributos a recuperar	5.a	1.379	1.669
Adiantamentos		1.329	3.240
Seguros a apropriar	21	2.800	6.282
Total do ativo circulante		<u>18.772</u>	<u>99.994</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	4	113	100
Depósitos judiciais	12	7.493	8.261
Total do realizável a longo prazo		<u>7.606</u>	<u>8.361</u>
Imobilizado	7	-	4.506
Intangível	8	-	757.412
Total do ativo não circulante		<u>7.606</u>	<u>770.279</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>26.378</u>	<u>870.273</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

(continuação)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.218	41.541
Empréstimos e financiamentos	11	-	17.117
Impostos a recolher	5.c	51	5.074
Obrigações com empregados e administradores	10	4.631	8.665
Provisão para riscos ambientais	13	-	383
Outros passivos	15	4.027	5.932
Total do passivo circulante		<u>14.927</u>	<u>78.712</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	-	899.323
Impostos diferidos passivos	5.b	27.652	33.022
Provisão para riscos processuais	12	12.896	27.773
Provisão para riscos ambientais	13	-	238
Partes relacionadas	6	849.131	71.079
Passivo financeiro	14	235.078	-
Outros passivos	15	6.654	106.033
Total do passivo não circulante		<u>1.131.411</u>	<u>1.137.468</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	16.a	1.174.899	1.159.899
Prejuízos acumulados		<u>(2.294.859)</u>	<u>(1.505.806)</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.119.960)</u>	<u>(345.907)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
		<u>26.378</u>	<u>870.273</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.**Demonstração dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	291.226	485.246
Custo dos serviços prestados	18	<u>(263.347)</u>	<u>(352.321)</u>
Lucro Bruto		<u>27.879</u>	<u>132.925</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(46.148)	(38.224)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	<u>(813.477)</u>	<u>(42.082)</u>
Resultado operacional		<u>(831.746)</u>	<u>52.619</u>
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras	19	4.037	4.934
Despesas financeiras	19	<u>33.286</u>	<u>(158.664)</u>
Resultado financeiro		<u>37.323</u>	<u>(153.730)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(794.423)	(101.111)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	5.d	<u>5.370</u>	<u>2.865</u>
Prejuízo do exercício		<u>(789.053)</u>	<u>(98.246)</u>
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) (R\$)	20	<u>(0,417)</u>	<u>(0,053)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.**Demonstração do resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(789.053)</u>	<u>(98.246)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(789.053)</u></u>	<u><u>(98.246)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.104.899	(1.407.560)	(302.661)
Aumento de capital	55.000	-	55.000
Prejuízo do exercício	-	(98.246)	(98.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.159.899	(1.505.806)	(345.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.159.899	(1.505.806)	(345.907)
Aumento de capital	15.000	-	15.000
Prejuízo do exercício	-	(789.053)	(789.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.174.899	(2.294.859)	(1.119.960)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.**Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes dos impostos		(794.423)	(101.111)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	7, 8 e 18	44.046	80.095
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	1.977	115
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	4	3.074	1.196
(Reversão) Perda de valor recuperável (Intangível)	8	(198.076)	-
Provisões diversas		(621)	(968)
Provisão para riscos processuais	12	(16.313)	(52.175)
Variações monetárias e encargos, líquidos		(35.612)	149.202
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		34.236	(5.141)
Estoques		1.269	702
Impostos a recuperar		290	2.074
Depósitos judiciais		1.225	(197)
Adiantamentos		1.911	(1.822)
Outros créditos		3.482	(835)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(35.323)	6.180
Obrigações com empregados e administradores		(4.034)	(3.174)
Impostos a recolher		(5.023)	(161)
Partes relacionadas		-	4.535
Passivo financeiro	14	1.034.201	-
Outras obrigações e contas a pagar		4.749	103.657
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos e financiamentos	11	(67.777)	(126.641)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(26.742)	55.531
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(183)	(71)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(183)	(71)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social		15.000	55.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	(25.022)	(90.383)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.022)	(35.383)
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(36.947)	20.077
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	46.069	25.992
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	9.122	46.069
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(36.947)	20.077

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.**Demonstração do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas		322.143	530.654
Receita operacional	17	317.136	528.486
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa	4	19	144
Outras receitas		4.988	2.024
Insumos adquiridos de terceiros		(1.010.741)	(269.122)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (i)		(1.203.746)	(267.649)
Perda/recuperação de valores ativos		194.983	(1.340)
Outros custos		(1.978)	(133)
Valor adicionado bruto		(688.598)	261.532
Retenções		(44.046)	(80.095)
Depreciação e amortização	7, 8 e 18	(44.046)	(80.095)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(732.644)	181.437
Valor adicionado recebido em transferência		4.037	4.934
Receitas financeiras	19	4.037	4.934
Total do valor adicionado a distribuir		(728.607)	186.371
Distribuição do valor adicionado		(728.607)	186.371
Pessoal e encargos		45.450	45.237
Remuneração direta		28.343	30.894
Benefícios		11.396	12.113
FGTS		5.711	2.230
Impostos, taxas e contribuições		38.381	68.058
Federais		23.632	43.672
Estaduais		124	20
Municipais		14.625	24.366
Remuneração do capital de terceiros		(23.385)	171.322
Juros		73.135	149.377
Variações		11.810	3.724
Aluguéis		9.697	10.225
Outros		(118.027)	7.996
Remuneração de capital próprio		(789.053)	(98.246)
Prejuízo do exercício		(789.053)	(98.246)

(i) Em 2024, o montante de R\$1.040.358 refere-se à constituição do passivo financeiro.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040" ou "Concessionária" ou "Companhia"), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG – Brasil. A Concessionária é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto, categoria "B", e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. A Companhia possui registro de companhia aberta, na categoria "B", na Comissão de Valores Imobiliários - CVM e não possui ações de sua emissão negociadas publicamente.

O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos, contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão, abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia divulgou fato relevante em cumprimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44 de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 11 de dezembro de 2024, vem informar que recebeu, nesta data, o Ofício nº 317/2024/CVM/SEP por meio do qual a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") comunicou o deferimento do cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B, da Via 040, tendo em vista a comprovação de atendimento às condições previstas no artigo 51 da Resolução CVM nº 80/22.

1.2 Continuidade operacional

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto aos órgãos Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil ("MTPA"), e Programa de Investimentos em Logística ("PIL") - o pedido de adesão ao processo de relicitação, regulamentado na Lei nº 13.448/17 e termos da Lei nº 13.334/16, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da INVEPAR e pelo Conselho de Administração da VIA040, ambos em 08 de setembro de 2017.

Em 18 de fevereiro de 2020 o empreendimento da VIA040 foi qualificado para fins de relicitação no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) através do Decreto Presidencial nº 10.248.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – (PPI).

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR-040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão seria até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo termo aditivo. O termo aditivo estabelecia as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

contrato de concessão originário, assim como as responsabilidades durante o período de transição e de transferência da concessão.

A Administração da Companhia, mantém a premissa de receber, após a homologação da relicitação, uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei nº 13.448/17, Lei nº 8.987/95 (Lei das Concessões), o Contrato de Concessão e a Resolução nº 5.860 de 03 de dezembro de 2019 que estabelece a metodologia do cálculo do valor indenizatório.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) contou com a contratação da KPMG como verificador independente, conforme previsto na Resolução nº 5.860, e a Concessionária já disponibilizou subsídios para andamento do processo de cálculo do valor indenizatório. Conforme art. 15 da referida Resolução, sendo definido o valor indenizável dos bens reversíveis, para fins de pagamento da indenização, serão deduzidos ainda eventuais desequilíbrios econômico-financeiros existentes e demais disposições contratuais e legais, conforme a modalidade de extinção contratual incidente.

O prazo limite, segundo a Lei nº 13.448/17, para que ocorra a relicitação era de 48 meses a contar da data de qualificação do empreendimento para fins de relicitação. No caso da VIA040, a qualificação ocorreu em 18 de fevereiro de 2020 através do Decreto Presidencial nº 10.248. Dessa forma, a data limite para o processo de relicitação é 18 de fevereiro de 2024.

No dia 19 de abril de 2023 o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou o Acórdão nº 752/2023 referente aos atos e procedimentos relativos ao encerramento do Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, objeto de processo de relicitação nos termos da Lei nº 13.448/2017, bem como ao novo processo de desestatização da BR-040/495/MG/RJ. Em função disso, a Companhia entende que a relicitação ainda é viável dado que pontos pendentes e que estavam em discussão entre a ANTT e o TCU tiveram recomendação sobre a forma que devem ser tratados ao longo do processo.

Em 01 de agosto de 2023, o Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência contra a União Federal, a ANTT e VIA040 a fim de garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Concessionária até a conclusão do processo de relicitação. Em 03 de agosto de 2023, o juiz da 10ª Vara Federal Cível da SSJ de Belo Horizonte designou audiência de conciliação que foi realizada em 10 de agosto de 2023. Nesta audiência de conciliação, por não haver um consenso entre as partes, foi agendada uma nova audiência para tentativa de acordo em 16 de agosto de 2023.

Em 17 de agosto de 2023, o juiz federal responsável pela ação emitiu determinação para que a Concessionária prossiga com a prestação de serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento da rodovia, mantendo as condições do último Termo Aditivo celebrado até a finalização do processo de relicitação.

Em 29 de dezembro de 2023, a ANTT divulgou o Aviso de Licitação do Edital de Concessão nº 04/2023 da Rodovia BR-040, com leilão previsto para 11 de abril de 2024. Esse edital corresponde ao trecho de Belo Horizonte/Juiz de Fora que corresponde a 231,1 km.

Em 11 de abril de 2024 foi realizado na sede da B3 em São Paulo o leilão do trecho entre Belo Horizonte-MG/Juiz de Fora-MG, que é parte integrante da extensão atual de operação da Via040. O proponente Consórcio Infraestrutura MG obteve êxito no certame com a melhor proposta, apresentando um deságio de 11,21% em relação a tarifa básica de pedágio proposta pelo Governo.

Em 03 de junho de 2024, foi publicado o edital de licitação do trecho "Rota dos Cristais" que compreende a 594,8 Km da BR-040 GO/MG, o leilão foi realizado em 26 de setembro de 2024.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 15 de julho de 2024, a Concessionária divulgou fato relevante acerca de notificação recebida pela ANTT acerca da finalização das atividades da Concessionária. Dessa forma, a partir de 06 de agosto de 2024, cessou as atividades da VIA040 nas rodovias BR-040/MG/GO/DF, ficando os trechos: (i) Belo Horizonte/MG sob responsabilidade da Concessionária vencedora do leilão de 11 de abril de 2024 e (ii) o trecho remanescente ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Em 06 de agosto de 2024, a Concessionária divulgou fato relevante acerca do encerramento das operações da Via040 em 05 de agosto de 2024, ficando os trechos: (i) de Belo Horizonte/MG a Juiz de Fora/MG sob responsabilidade da Concessionária EPR Via Mineira; e (ii) de Belo Horizonte/MG a Brasília/DF sob responsabilidade do DNIT.

Com o encerramento das operações o saldo de empréstimos foi transferido para a Invepar por meio de Assunção de Dívida, conforme previsto no 8º e o 9º Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças – CPG. Vide notas explicativas nº 6 e nº11.

Em decorrência da extinção antecipada do contrato de concessão, a Concessionária instaurou Procedimento arbitral CCI nº 28966/RLS vide nota explicativa nº 12.

Em 31 de dezembro de 2024, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 3.845 (R\$ 21.282 em 31 de dezembro de 2023), prejuízo de R\$ 789.053 (prejuízo de R\$ 98.246 em 31 de dezembro de 2023), prejuízo acumulado de R\$ 2.294.859 (R\$ 1.505.806 em 31 de dezembro de 2023) e passivo a descoberto de R\$ 1.119.960 (R\$ 345.907 em 31 de dezembro de 2023). A Administração considera que a situação patrimonial e financeira da Companhia é um assunto relevante no contexto das Demonstrações Contábeis.

A Administração continua a preparar as demonstrações contábeis com base no pressuposto da continuidade operacional, respeitando o objeto social da Companhia que visa, exclusivamente, a gestão de ativos e passivos, direitos e obrigações relacionados à exploração da concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. O prazo de duração da Companhia será aquele necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações, incluindo a liquidação de todos ativos e passivos com a agência reguladora e recebimento do montante destinado ao restabelecimento do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão.

2 Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2025.

2.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com o apoio de diversas bases de avaliação que foram utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa as suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota explicativa nº2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Equivalentes de caixa.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$) de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nestas notas explicativas.

2.2 Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.3 Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) / (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo remanescente original do contrato de concessão.

2.4 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de maneira confiável:

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia as suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza as receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão (IFRIC 12).

A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

(c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, exceto aqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos seus recebíveis.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.7 Estoques

Os estoques são registrados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens à sua localização e condição de uso.

2.8 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 (R1) (IFRIC12) e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens dos ativos intangíveis, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda ao seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor contábil.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

do Poder Concedente.

2.11 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda por deterioração ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Receitas de pedágio</u>	<u>Receitas acessória</u>	<u>Alíquota Receitas financeiras</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.14 Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até 12 meses após o período que se refere as demonstrações contábeis em que os empregados prestaram o serviço.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.16 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM no 76/2022.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

No reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. No reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.17 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente quanto os períodos futuros.

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(b) Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos quatro anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme Nota 1, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos futuros, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.19 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.20 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

a) Pronunciamentos novos e revisados aplicados pela primeira vez em 2024.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma) bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) – Vigente a partir de janeiro de 2024. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

b) Normas emitidas e não vigentes

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (R1) – Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26(R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação). O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa) e na IAS 33 (CPC 41 – Resultado por ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública – Divulgação - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, a IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa		
Caixa e bancos	13	3.158
Equivalentes de caixa		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.595	-
Aplicação Fundo	4.514	42.911
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.122</u>	<u>46.069</u>

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm alta liquidez e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro 2024, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 89,50% do CDI (100,68% em 31 de dezembro de 2023).

4 Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a receber de pedágios	-	34.392
Receitas acessórias	546	3.496
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(65)	(84)
Total circulante	<u>481</u>	<u>37.804</u>
Receitas acessórias (*)	113	100
Total não circulante	<u>113</u>	<u>100</u>
Total contas a receber	<u>594</u>	<u>37.904</u>

(*) Os saldos de receitas acessórias apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme Contrato de Concessão e autorizado pela ANTT.

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos				
				< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2024	594	(65)	206	63	355	-	29	6
31 de dezembro de 2023	37.904	(84)	34.795	2.363	555	209	12	54

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 3.093 como perda definitiva (R\$ 1.340 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia possui saldo de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 65 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 84 em 31 de dezembro de 2023).

Concessionária BR-040 S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Segue a movimentação do saldo das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	(84)	(228)
Adições	(125)	(24)
Reversões	144	168
Saldo no fim do exercício	(65)	(84)

5 Impostos, taxas e contribuições**(a) Tributos a recuperar**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Antecipação de IRPJ e CSLL (i)	868	813
ISS a compensar	460	799
INSS a recuperar	6	6
PIS e COFINS	-	6
Outros	45	45
Total	1.379	1.669

(i) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo diferido		
Juros capitalizados	(27.652)	(31.831)
Margem de construção RTT	2.756	1.565
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(2.756)	(2.756)
Total do passivo fiscal diferido	(27.652)	(33.022)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$ 819.307 (R\$ 554.761 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ISS	-	2.451
PIS e COFINS	8	1.723
INSS sobre terceiros	2	417
IRRF e CSRF	41	483
Total	51	5.074

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(794.423)	(101.111)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	270.104	34.378
Adições permanentes	(188)	(258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(264.546)	(31.255)
Total dos impostos no resultado	<u>5.370</u>	<u>2.865</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.370	2.865
Total dos impostos no resultado	<u>5.370</u>	<u>2.865</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-0,68%	-2,83%

6 Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou pessoal-chave da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação	<u>31/12/2024</u>	
			<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
			<u>Não circulante</u>	<u>Receita/Despesa</u>
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	8.829	-
INVEPAR	Juros sobre AVAL (b)	Controladora	62.250	-
INVEPAR	Assunção Dívida (c)	Controladora	778.052	-
Total			<u>849.131</u>	<u>-</u>
Parte relacionada	Transação	Relação	<u>31/12/2023</u>	
			<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
			<u>Não circulante</u>	<u>Receita/Despesa</u>
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	8.829	-
INVEPAR	Juros sobre AVAL (b)	Controladora	62.250	(4.535)
Total			<u>71.079</u>	<u>(4.535)</u>

(a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Outorga de garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a INVEPAR em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia. O contrato desse aval é realizado com taxa de juros de 2% sobre a dívida. Em 06 de julho de 2023, em Reunião do Conselho de Administração da Invepar e VIA040 foi aprovada a suspensão da cobrança da taxa de 2% a.a. a partir do 2º trimestre de 2023.
- (c) Assunção de dívida: Em decorrência da extinção antecipada do contrato de Concessão da Concessionária BR-040 S.A, o saldo contabilizado em empréstimos e financiamentos foi transferido para a INVEPAR, conforme previsto no 8º e 9º Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças – CPG.

Remuneração da Administração

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.437 para o exercício de 2024.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência complementar, assistência médica, e totalizaram R\$ 1.764 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.503 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado a seguir:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Pró-labore	542	540
Bônus Variáveis	378	529
Encargos	243	214
Outros benefícios	601	220
Total	1.764	1.503

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2023	Adições	Baixas	Outros(a)	31/12/2024
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	11.098	154	(449)	(2.163)	8.640
Instalações	10	5	-	-	(1)	4
Móveis e utensílios	10	4.600	25	(1.248)	(788)	2.589
Veículos	20	10.853	-	(1.234)	(97)	9.522
Equipamentos de informática	20	10.445	4	(350)	(505)	9.594
		37.001	183	(3.281)	(3.554)	30.349
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(8.619)	(454)	433	-	(8.640)
Instalações		(4)	-	-	-	(4)
Móveis e utensílios		(3.433)	(273)	1.117	-	(2.589)
Veículos		(10.670)	(86)	1.234	-	(9.522)
Equipamentos de informática		(9.769)	(173)	348	-	(9.594)
		(32.495)	(986)	3.132	-	(30.349)
Total		4.506	(803)	(149)	(3.554)	-

(a) Transferência do ativo imobilizado para passivo financeiro, conforme mencionado na Nota Explicativa nº14.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências(*)	31/12/2023
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	11.684	29	(852)	237	11.098
Instalações	10	5	-	-	-	5
Móveis e utensílios	10	4.658	-	(71)	13	4.600
Veículos	20	14.447	-	(3.594)	-	10.853
Equipamentos de informática	20	11.030	42	(780)	153	10.445
Imobilizado em andamento		545	-	-	(545)	-
		42.369	71	(5.297)	(142)	37.001
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(8.665)	(801)	847	-	(8.619)
Instalações		(3)	(1)	-	-	(4)
Móveis e utensílios		(3.001)	(485)	53	-	(3.433)
Veículos		(14.049)	(215)	3.594	-	(10.670)
Equipamentos de informática		(10.243)	(305)	779	-	(9.769)
		(35.961)	(1.807)	5.273	-	(32.495)
Total		6.408	(1.736)	(24)	(142)	4.506

(*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado em andamento.

Concessionária BR-040 S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)****8 Intangível**

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Impairment (b)</u>	<u>Outros (c)</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo						
Software	8.509	-	-	-	-	8.509
Investimento para concessão	1.242.547	-	(2.454)	198.076	(908.334)	529.835
Intangível em construção	2.266	-	-	-	(2.266)	-
	<u>1.253.322</u>	<u>-</u>	<u>(2.454)</u>	<u>198.076</u>	<u>(910.600)</u>	<u>538.344</u>
Amortização						
Software	(8.509)	-	-	-	-	(8.509)
Investimento para concessão	(487.401)	(43.060)	626	-	-	(529.835)
	<u>(495.910)</u>	<u>(43.060)</u>	<u>626</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(538.344)</u>
Total	<u>757.412</u>	<u>(43.060)</u>	<u>(1.828)</u>	<u>198.076</u>	<u>(910.600)</u>	<u>-</u>

(b) Ajuste do *impairment*, conforme mencionado na Nota Explicativa nº14.

(c) Transferência do ativo intangível para passivo financeiro, conforme mencionado na Nota Explicativa nº14.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo					
Software	8.509	-	-	-	8.509
Investimento para concessão	1.242.528	-	(123)	142	1.242.547
Intangível em construção	2.266	-	-	-	2.266
	<u>1.253.303</u>	<u>-</u>	<u>(123)</u>	<u>142</u>	<u>1.253.322</u>
Amortização					
Software	(8.509)	-	-	-	(8.509)
Investimento para concessão	(409.145)	(78.288)	32	-	(487.401)
	<u>(417.654)</u>	<u>(78.288)</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>(495.910)</u>
Total	<u>835.649</u>	<u>(78.288)</u>	<u>(91)</u>	<u>142</u>	<u>757.412</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado em andamento.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo da concessão, conforme o OCPC 05.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Redução ao valor recuperável do ativo (“*Impairment*”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda por redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

A Administração da Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a base tributável até o fim da Concessão, além da sua capacidade de realização dos seus diferidos.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão; (ii) valor da indenização referente à adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangíveis não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas, conforme nota explicativa n.º 1; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* – WACC) para descontar o fluxo operacional da Concessionária até a devolução; e (v) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

Em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária reverteu o montante de R\$ 198.076 de impairment registrado em anos anteriores em decorrência da contabilização do passivo financeiro conforme nota explicativa n.º 14.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos cedidos em garantia.

9 Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores nacionais	6.218	41.541
Total	<u>6.218</u>	<u>41.541</u>

10 Obrigações com administradores e empregados

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Férias, 13º salário e encargos trabalhistas	2.381	5.453
Participação nos resultados a pagar	2.250	3.212
Total	<u>4.631</u>	<u>8.665</u>

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Empréstimos e financiamentos

					<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Tipo / Credor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantia</u>	<u>TOTAL</u>	<u>TOTAL</u>
ITAÚ	Real	CDI	1% a.a.	(a)	-	237.125
BANCO DO BRASIL	Real	CDI	1% a.a.	(a)	-	237.125
BRADESCO	Real	CDI	1% a.a.	(a)	-	237.017
BDMG	Real	CDI	1% a.a.	(a)	-	204.640
BNDES - FINAME	Real	-	6% a.a.	(a)	-	533
		Total dívida			<u>-</u>	<u>916.440</u>

Em 14 de abril de 2022, o contrato de empréstimo junto aos Bancos detentores da dívida foi aditado prevendo o vencimento para outubro de 2023. Em 27 de outubro de 2023 foi celebrado pela VIA040 e os Bancos Credores aditivo da repactuação da dívida que prevê, dentre outras alterações, extensão da data de vencimento para 15 de outubro de 2027 e manutenção da remuneração da dívida pelo CDI acrescida de juros de 1% a.a. pagos trimestralmente pela Concessionária.

Em decorrência da extinção antecipada do contrato de Concessão da Concessionária BR-040 S.A em 06 de agosto de 2024, o saldo contabilizado em empréstimos e financiamentos foi transferido para a INVEPAR, conforme previsto no 8º e 9º Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças – CPG, vide nota explicativa nº 6.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2023	Pagamento		Provisão juros	Assunção Dívida	Comissões e prêmios (i)	31/12/2024
		Principal	Juros				
ITAÚ	4.321	-	(17.538)	13.997	(780)	-	-
BANCO DO BRASIL	4.321	-	(17.537)	13.996	(780)	-	-
BRADESCO	4.213	-	(17.473)	14.041	(781)	-	-
BDMG	3.729	-	(15.219)	12.169	(679)	-	-
BNDES - FINAME	533	(532)	(10)	9	-	-	-
Passivo circulante	17.117	(532)	(67.777)	54.212	(3.020)	-	-
ITAÚ	232.804	(6.673)	-	4.850	(200.297)	(30.684)	-
BANCO DO BRASIL	232.804	(6.673)	-	4.850	(200.297)	(30.684)	-
BRADESCO	232.804	(6.673)	-	4.850	(200.297)	(30.684)	-
BDMG	200.911	(4.471)	-	4.181	(174.141)	(26.480)	-
BNDES - FINAME	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	899.323	(24.490)	-	18.731	(775.032)	(118.532)	-
Total dívida	916.440	(25.022)	(67.777)	72.943	(778.052)	(118.532)	-

(i) Reversão do prêmio no montante de R\$ 118.532, em decorrência da falta de perspectiva de pagamento.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2022	Pagamento		Provisão juros	Transferência	31/12/2023
		Principal	Juros			
ITAÚ	254.422	(22.997)	(32.774)	38.474	(232.804)	4.321
BANCO DO BRASIL	254.422	(22.997)	(32.785)	38.485	(232.804)	4.321
BRADESCO	254.292	(22.997)	(32.790)	38.512	(232.804)	4.213
BDMG	219.567	(19.846)	(28.213)	33.132	(200.911)	3.729
BNDES - FINAME	1.242	(1.546)	(79)	75	841	533
Passivo circulante	983.945	(90.383)	(126.641)	148.678	(898.482)	17.117
ITAÚ	-	-	-	-	232.804	232.804
BANCO DO BRASIL	-	-	-	-	232.804	232.804
BRADESCO	-	-	-	-	232.804	232.804
BDMG	-	-	-	-	200.911	200.911
BNDES - FINAME	841	-	-	-	(841)	-
Passivo não circulante	841	-	-	-	898.482	899.323
Total dívida	984.786	(90.383)	(126.641)	148.678	-	916.440

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

BNDES - Finame

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto à não quitação da dívida contraída por parte da Companhia. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento incorre na incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>* Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/2024
			12.026	

*Os contratos 0040/00983-1 e 0040/00989-0 foram liquidados em julho de 2023.

* Os demais contratos foram liquidados em maio de 2024.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento na Companhia estão atrelados ao da controladora Invepar, visto que possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento entre a Controladora e as suas controladas possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia e na controladora Invepar possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

12 Provisão para riscos processuais

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024 é ré em processos de natureza cível e trabalhista sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta Nota explicativa.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Segue movimentação das provisões para contingências prováveis:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões (*)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas (a)	4.794	1.437	(3.006)	403	3.628
Cíveis (b)	5.065	8.621	(5.544)	1.030	9.172
Tributários	6	93	(6)	3	96
Regulatórios (*)	17.908	-	(17.908)	-	-
Total	27.773	10.151	(26.464)	1.436	12.896

(*) O montante de R\$ 17.908 se refere a reversão de processo de arbitragem regulatória.

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhistas (a)	4.446	2.229	(2.402)	521	4.794
Cíveis (b)	4.710	1.475	(1.740)	620	5.065
Tributários	4	-	-	2	6
Regulatórios	69.645	17.908	(69.645)	-	17.908
Total	78.805	21.612	(73.787)	1.143	27.773

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, horas extraordinárias, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

(b) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conservação ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Segue demonstrativo dos riscos possíveis:

Natureza do risco	31/12/2024	31/12/2023
Regulatórios (i)	98.901	81.848
Cíveis (ii)	59.931	61.849
Trabalhistas	15.327	13.745
Tributários	632	1.542
Outros (iii)	5.955	7.373
Total	180.746	166.357

(i) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios oriundos de multas decorrentes do não cumprimento do Contrato de Concessão e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos.

(ii) Os valores classificados como riscos possíveis cíveis correspondem a ações indenizatórias com pedidos de danos materiais, danos morais, pensão vitalícia, lucros cessantes, seja em decorrência de acidente de trânsito, seja em decorrência de danos causados a veículo, pelo entendimento de que houve falha na prestação de serviços por parte da Concessionária.

(iii) O risco "outros" refere-se à matéria ambiental.

Procedimento arbitral CCI nº 23932/GSS/PFF/RLS (Reequilíbrio Econômico-financeiro do Contrato de Concessão)

Em 17 de setembro de 2018, a Concessionária BR 040 S.A (Requerente) apresentou, pedido de instauração de arbitragem em face da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT (Requerida), perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (Procedimento Arbitral CCI nº 23932/GSS/PFF/RLS).

O objeto da arbitragem é o pleito de indenização e reequilíbrio do contrato de concessão nº 06/2013, referente à concessão da rodovia BR-040/DF/GO/DF.

O Tribunal Arbitral delimitou o objeto da arbitragem e os discriminou em 12 (doze) temas que refletiam o pleito de reequilíbrio contratual e que seriam analisados para solução da controvérsia, quais sejam:

- (i) Crise econômica no Contrato de Concessão e sua quantificação (se houver);
- (ii) Dificuldade de obtenção do financiamento no BNDES e sua quantificação (se houver);
- (iii) Aumento do valor do Cimento Asfáltico de Petróleo – CAP e sua quantificação (se houver);
- (iv) Majoração das alíquotas de PIS, COFINS e CIDE-combustíveis e sua quantificação (se houver);
- (v) Insuficiência de recursos do Fundo Garantidor de Infraestrutura –FIGE e sua quantificação (se houver);
- (vi) Paralisação das obras durante a Copa do Mundo e Eleições e sua quantificação (se houver);
- (vii) Atrasos da ANTT na obtenção de licenças ambientais;
- (viii) Projeto Fluidez pela Via 040;
- (ix) Impactos econômico-financeiros da Lei dos Caminhoneiros (Lei no 13.103/2015) no Contrato de Concessão;
- (x) Manutenção e conservação de 4 retornos em nível;
- (xi) Implantação de 4 retornos provisórios; e
- (xii) Aplicação do Fator D.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O Tribunal Arbitral determinou a bifurcação do procedimento, por entender que parte dos tópicos estariam prontos para julgamento, ao passo que outros deveriam ser submetidos à prova pericial técnica.

A Sentença Arbitral Parcial proferida em 16.11.2021 analisou 6 (seis) dos temas citados acima e (i) julgou improcedente o pedido de reequilíbrio contratual no que concerne às alegações relativas à crise econômica e seu impacto sobre o volume de tráfego na rodovia sob concessão e à dificuldade na obtenção de financiamento pelo BNDES; (ii) não conheceu do pedido relativo à insuficiência de recursos do Fundo Garantidor de Infraestrutura; e (iii) converteu em diligência o julgamento dos outros três pleitos analisados na sentença, para submetê-los à produção de prova pericial.

Em seguida, o Tribunal Arbitral determinou a realização de perícia para apurar determinados temas que demandavam a produção de prova técnica, tais como perícia de engenharia, perícia de meio ambiente e perícia econômico-financeira, dentre outros.

A prova pericial foi realizada pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia ("FDTE"). A fase probatória foi encerrada em 02 de outubro de 2024, após a realização de audiência para oitiva da FDTE e dos Assistentes Técnicos das partes sobre o laudo pericial.

Em 19 de dezembro de 2024, as partes apresentaram Alegações Finais. O Tribunal Arbitral informou que a Sentença Arbitral será proferida até o dia 20 de maio de 2025, podendo ser definitiva ou parcial, caso se entenda pela necessidade de uma fase de liquidação para a apuração de valores.

Processo arbitral CCI nº 25572/PFF/RLS (Multas)

Em 12 de agosto de 2020, a Concessionária BR 040 S.A (Requerente) apresentou, pedido de instauração de arbitragem em face da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT (Requerida), perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (Procedimento Arbitral CCI nº 25572/PFF/RLS).

O objeto da arbitragem são as sanções pecuniárias aplicadas pela ANTT em desfavor da Via 040 por descumprimento às obrigações estabelecidas no contrato de concessão nº 06/2013. A Via 040 alegou que não descumpriu as obrigações do contrato de concessão e requereu a invalidação das sanções aplicadas nos processos administrativos supracitados ou, subsidiariamente, sua redução.

Por meio da Sentença Arbitral proferida em 16 de maio de 2023, o Tribunal Arbitral julgou improcedentes os pedidos formulados pela Via 040.

Embora o procedimento arbitral já tenha sido encerrado no ano de 2023, as multas aplicadas nos Processos Administrativos 50510.319942/2019-03 e 50510.323033/2019-61 permanecem inexigíveis enquanto perdurarem os efeitos da suspensão imputada pelo Tribunal Arbitral constituído para julgar o Procedimento Arbitral CCI nº 23932/GSS/PFF".

Procedimento arbitral com a OAS - Contingência ativa

Foi proferida Sentença Arbitral no âmbito da arbitragem entre a VIA040 e a Construtora OAS S.A. decorrente do contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, em 04 de outubro de 2021, que acolheu parcialmente os pedidos da VIA040 e considerou que a Concessionária faz jus à indenização de R\$ 3.335 (valor histórico), condenando, ainda, a OAS à obrigação de refazer as obras da Praça de Pedágio 7. A título de sucumbência, a VIA040 deverá pagar a quantia de R\$ 197 decorrente dos custos com a arbitragem e R\$ 930 de honorários advocatícios.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 21 de dezembro de 2021, a VIA040 se manifestou sobre a resposta da OAS, tendo sido proferida decisão em 05 de janeiro de 2022, que manteve os termos da Sentença. A VIA040 já cumpriu com sua parte na condenação imposta na Sentença e ingressou com pedido de habilitação na recuperação judicial do Grupo COESA (antiga OAS) do crédito reconhecido na Sentença e a COESA também ingressou com impugnação de crédito para inclusão dos créditos constantes da Sentença Arbitral. A COESA concordou com parte do valor dos créditos habilitados pela VIA040, em relação aos valores líquidos constantes da Sentença e, com relação aos custos para refazimento da PP07 pediu a sua inclusão como créditos ilíquidos.

A impugnação ajuizada pela COESA foi julgada em 9 de maio de 2023 em conjunto com a habilitação de crédito ajuizada pela VIA040, determinando-se a inclusão de crédito de titularidade da VIA040 de R\$ 6.355, na classe dos créditos quirografários. Ambas as partes apresentaram embargos de declaração e, em sequência, agravos de instrumento, os quais foram negados. Por esta razão, ambas as partes interpuseram recursos especiais, que aguardam juízo de admissibilidade.

Em 10 de julho de 2023, foi proferida sentença de convalidação da recuperação judicial em falência, dando as providências para continuidade do feito, dentre elas, a nomeação do administrador judicial ("AJ"). Aguarda-se que o AJ arrecade os bens e documentos e que seja expedido o edital de credores. A sentença determinou, ainda, a extinção dos incidentes de crédito e que sejam entregues ao AJ para apuração administrativa dos créditos sujeitos à falência.

Por decisão judicial, foi concedido efeito suspensivo à convalidação da recuperação judicial em falência, tendo sido dado prosseguimento à Ação de Recuperação Judicial. Em julho de 2024, a VIA040 requereu que o juízo determinasse inclusão no quadro geral de credores os créditos quirografários incontroversos para que a VIA040 recebesse conforme o PRJ, mas, em outubro de 2024, o pedido foi rejeitado ante a falta de trânsito em julgado dos agravos de instrumento relativos ao julgamento da impugnação de crédito. Dessa decisão, em novembro de 2024 a VIA040 interpôs agravo de instrumento, ainda, pendente de julgamento pelo TJSP.

Procedimento arbitral CCI nº 28966/RLS (Indenização e Excedente Tarifário)

A Concessionária BR040 S.A (Requerente) apresentou, em 25.09.2024, pedido de instauração de arbitragem em face da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT (Requerida), perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (Procedimento Arbitral CCI nº 28966/RLS).

A disputa que será objeto deste procedimento arbitral corresponde aos valores devidos à Via 040 com a extinção do Contrato de Concessão da rodovia federal BR-040, bem como a outros fatos motivadores de reequilíbrios contratuais durante a vigência do contrato de concessão, que não estão contemplados no Procedimento Arbitral nº 23932/GSS/PFF/RLS, além de multas arbitrariamente aplicadas em desfavor da Via 040.

Por esta razão, a Requerente pretende discutir os cálculos da Indenização que lhe é devida, o que perpassa, necessariamente, por temas como a discussão acerca do correto valor da tarifa praticada durante o processo de relicitação, os efeitos da mora da ANTT no procedimento de relicitação, as irregularidades do processo de apuração da Indenização pela ANTT e a KPMG (Verificador Independente), a (in)aplicabilidade do Excedente Tarifário devido à mora administrativa praticada pela ANTT (ou, caso se entenda que o referido excedente seria devido, a forma de apuração e o período de incidência), a aplicação de multas arbitrárias no contexto da controvérsia entre as partes, bem como outras perdas e danos sofridas pela Via 040, dentre outros pleitos ocorridos no curso do Contrato de Concessão que afetaram a matriz de risco, e portanto, o equilíbrio contratual.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A referida arbitragem está em fase inicial e não houve, ainda, a instauração do Tribunal Arbitral. Os Co árbitros indicados pelas partes foram confirmados e resta pendente de confirmação a nomeação da Árbitra Presidente.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

Natureza do risco	31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	31/12/2024
Cíveis	4.555	208	(751)	294	4.306
Trabalhistas	2.841	1.191	(1.880)	197	2.349
Tributários	865	7	-	(34)	838
Total	8.261	1.406	(2.631)	457	7.493

Natureza do risco	31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	31/12/2023
Cíveis	3.906	839	(568)	378	4.555
Trabalhistas	2.739	633	(707)	176	2.841
Tributários	800	-	-	65	865
Total	7.445	1.472	(1.275)	619	8.261

13 Provisão Ambiental

A Companhia reconheceu provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, estas provisões eram determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia esperaria realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do Licenciamento Ambiental.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da extinção antecipada do Contrato de Concessão a provisão foi reduzida a zero (R\$ 621 em 31 de dezembro de 2023).

14 Passivo financeiro

Indenização	31/12/2023	Indenização	Tac Multas	Excedente tarifário	Atualização Monetária	31/12/2024
Não Circulante	-	(914.154)	106.033	1.034.201	8.998	235.078
Total	-	(914.154)	106.033	1.034.201	8.998	235.078

Em 19 de julho de 2024, a ANTT emitiu o OFÍCIO SEI Nº 21326/2024/CODEF/GEGEF/SUROD/DIR-ANTT, que apresentou, de forma preliminar, o valor estimado da indenização conforme o cálculo do verificador independente (KPMG), previsto na Resolução nº 5.860/2019 e suas deduções.

Desta forma a Concessionária está apresentando de forma líquida no balanço patrimonial um passivo financeiro no montante de R\$ 235.078 reflexo da constituição do ativo financeiro com contrapartida no intangível referente ao valor do Produto 2D do verificador independente (KPMG) e a constituição do passivo financeiro (excedente tarifário e TAC Multas), ambos em decorrência da finalização das operações da Concessionária.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 25 de setembro de 2024, a Concessionária BR-040 protocolou procedimento arbitral junto a Câmara do Comércio Internacional (CCI) junto à Agência Nacional de Transporte Terrestre -ANTT (Requerida), conforme nota explicativa nº 1.2, acerca do processo de haveres e deveres.

Relativamente ao encerramento do contrato da Concessionária BR040 S.A., a indenização pelo advento da relicitação, é objeto de procedimento arbitral em face da ANTT, tendo por objeto o cálculo do valor devido a Concessionária pelos investimentos realizados e não amortizados, bem como a incidência do excedente tarifário e sua fórmula de cálculo, dentre outros itens relativos a reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Na avaliação do jurídico da Companhia há probabilidade de êxito em favor da Concessionária, que por consequência resultará em recebimento de valor indenizatório adicional.

15 Outros passivos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros passivos	4.027	5.932
Circulante	<u>4.027</u>	<u>5.932</u>
Outros passivos	6.654	106.033
Não circulante	<u>6.654</u>	<u>106.033</u>
Total *	<u>10.681</u>	<u>111.965</u>

* O montante de R\$ 10.681, corresponde a multas que não estão contempladas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC – Multas) assinado em 18 de agosto de 2023, junto a ANTT Agência Nacional de Transportes Terrestres, no montante de R\$ 106.033, que tem por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento das penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, o qual será compensado na indenização mediante relicitação. O valor foi transferido para o passivo financeiro, conforme Nota Explicativa nº 14.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 1.174.899 (R\$ 1.159.899 em 31 de dezembro de 2023), representados por 1.892.005.830 ações ordinárias (1.867.850.498 ações em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
INVEPAR	1.892.005.830	-	1.892.005.830	100,00
Total	<u>1.892.005.830</u>	<u>-</u>	<u>1.892.005.830</u>	<u>100,00</u>

17 Receitas por natureza

A Companhia apresentou suas receitas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de pedágio	310.159	518.192
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	6.977	10.294
Impostos, deduções e cancelamentos	(25.910)	(43.240)
Receita total	<u>291.226</u>	<u>485.246</u>

Conforme ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão (IFRIC 12), o direito de explorar a infraestrutura é advindo dos gastos incorridos na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não reconheceu receita e custo de construção. A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

18 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou seus custos e despesas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conservação e manutenção	(94.470)	(114.727)
Depreciação e amortização	(44.046)	(80.095)
Pessoal e encargos	(51.596)	(54.579)
Material de consumo	(33.935)	(46.810)
Serviços de terceiros	(29.812)	(42.321)
Seguros e garantias	(16.138)	(15.954)
Aluguéis e impostos	(10.250)	(10.873)
Consultoria e assessoria	(13.808)	(17.443)
Energia elétrica	(2.307)	(2.843)
PECLD	(3.074)	(1.197)
Contingências (i)	16.405	52.175
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	(839.941)	(97.960)
	<u>(1.122.972)</u>	<u>(432.627)</u>
Custo de serviços prestados	(263.347)	(352.321)
Despesas gerais e administrativas	(46.148)	(38.224)
Outras receitas (despesas) operacionais	(813.477)	(42.082)
	<u>(1.122.972)</u>	<u>(432.627)</u>

(i) Reversão de contingências, no valor de R\$ 17.908 referente a arbitragem regulatória.

(ii) Em 2024, o montante de R\$ 836.125 refere-se ao passivo financeiro, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8. e nº 14.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	3.590	3.995
Variação monetária ativa	377	750
Desconto obtido	66	172
Juros ativos	4	17
Total receitas financeiras	<u>4.037</u>	<u>4.934</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(72.943)	(148.678)
Juros sobre AVAL	-	(4.535)
Variação monetária passiva	(11.810)	(3.724)
Comissões e despesas bancárias (i)	118.233	(669)
Outros	(194)	(1.058)
Total despesas financeiras	<u>33.286</u>	<u>(158.664)</u>
Total resultado financeiro	<u>37.323</u>	<u>(153.730)</u>

(i) Reversão do prêmio no montante de R\$ 118.532 referente aos empréstimos e financiamentos, conforme Nota Explicativa nº 11.

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33 R1) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Numerador básico		
Lucro/Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(789.053)	(98.246)
Denominador básico		
Média ponderada das ações (em milhares)	1.892.006	1.867.850
Resultado do período básico por ação (R\$)	<u>(0,417)</u>	<u>(0,053)</u>

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Seguros

A Companhia mantém seguro garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
Garantia ao Poder Concedente (a)	R\$ 443.207	20/03/2024	20/03/2025	Pottencial
Responsabilidade Civil Administradores D&O	R\$ 100.000	04/05/2024	04/05/2025	Allianz
Veículos	100% da tabela FIPE	24/08/2024	24/08/2025	Porto Seguro

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia "PER".

Abaixo os valores a apropriar de seguros:

Seguros	31/12/2024	31/12/2023
Fiança Locatícia	-	2
D & O	4	6
Responsabilidade Civil	-	696
Riscos Operacionais	-	3.439
Frota	110	77
Seguro Garantia	2.686	2.062
	2.800	6.282

22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Esses valores estão representados substancialmente por valores a receber, empréstimos e financiamentos, obrigações com empregados, parte relacionada e fornecedores. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, conforme estabelecido no item 29 do CPC 40 (R1), portanto, para tais situações, não há exigência de divulgação do valor justo.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos Financeiros	Nível	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	9.122	-	46.069	-
Contas a receber		-	481	-	37.804
Total do ativo		9.122	481	46.069	37.804
Passivos					
Fornecedores		-	6.218	-	41.541
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	916.440
Partes relacionadas		-	849.131	-	71.079
Passivo financeiro		-	235.078	-	-
Obrigações com empregados e administradores		-	4.631	-	8.665
Total do passivo		-	1.095.058	-	1.037.725

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- **Contas a receber**

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI assim como os passivos financeiros.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diferentes instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

(e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos.

<u>31/12/2024</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	6.218	6.218

(f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros. No quadro abaixo, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Referência para ativos e passivos financeiros</u>	<u>Cenário provável</u>
DI Ativo (% ao ano)	12,15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,83%

<u>Operação</u>	<u>Risco/ indexador</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>
Ativo financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	DI	9.122	1.108
TOTAL		9.122	1.108
Passivo Financeiro			
Passivo Financeiro	IPCA	235.078	11.354
TOTAL		235.078	11.354

(g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	916.440
Passivo financeiro	235.078	-
Caixa e equivalentes de caixa	(9.122)	(46.069)
Dívida líquida	225.956	870.371
Patrimônio líquido	1.119.960	345.907
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.345.916</u>	<u>1.216.278</u>

23 Informações por segmento

A Administração da Concessionária, baseia as suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão de rodovias” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24 Transação não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tac Multas	106.033	-
Transferências dos bens do imobilizado/intangível para passivo financeiro	914.154	-
Assunção da Dívida	896.584	-
	<u>1.916.771</u>	<u>-</u>

* * *